

# A SITUAÇÃO POLÍTICO-RELIGIOSA DA FRANÇA QUINHENTISTA E SEISCENTISTA E AS SUAS IMPLICAÇÕES NA POLÍTICA EXTERIOR DO REINO NO PERÍODO

Ana Luiza Almeida Ferro\*

## 1. Considerações iniciais

Teve a Reforma Protestante terreno fértil na França, onde um problemático cenário socioeconômico, político e religioso, caracterizado pelo enriquecimento desmedido da burguesia, pelo empobrecimento exacerbado do povo, pelas dívidas contraídas pelos nobres, pela persistência das crises financeiras, pelo renovado choque entre ambições feudais e o poder real, pela rivalidade entre famílias nobres, pelo aumento do antissemitismo e pelos abusos de parte do clero, incluindo papais, favoreceram a formação de um clima de intolerância, radicalismo e confronto.

De princípio, o movimento seduziu os intelectuais e, depois, os nobres e os homens das finanças, mas não angariou, em geral, a simpatia do povo. No período entre 1555 e 1560, parcela expressiva dos membros da alta nobreza gaulesa adotou a nova fé, entre os quais o Príncipe de Condé, movido por ódio ao monarca no poder, e Gaspard de Coligny, respeitado sobrinho do Condestável de Montmorency e dito almirante, título sem suporte na realidade, pois não possuía experiência prática no ofício, o mesmo que apoiou o empreendimento da França Antártica como principal ministro de Henrique II e passou de aliado a inimigo de Villegagnon, não devendo ser olvidado que teve sua filha Luísa casada com o protestante alemão Guilherme de Nassau (1533-1584), ou Guilherme I de Orange-Nassau ou, ainda, Willem van Oranje em neerlandês, Príncipe de Orange, líder maior do movimento de independência dos Países Baixos em relação à poderosa Espanha.

Como efeito de todo esse caldeirão e da crescente divulgação das ideias protestantes, o número dos adeptos da doutrina de Calvino já montava a aproximadamente dois milhões em 1560, correspondendo a quase 10% da população francesa. O reformista, de sua praça-forte em Genebra, desde 1555, encarregara por volta de 200 pastores de pregarem em solo gaulês, os quais lá estabeleceriam 670 igrejas e 2.150 comunidades.<sup>1</sup>

---

\* Promotora de Justiça, professora, escritora, historiógrafa, poeta e conferencista internacional. Doutora e Mestra em Ciências Penais (UFMG). Pós-Doutora em Derechos Humanos (Universidad de Salamanca, Espanha). Professora da ESMP-MA. Membro da European Society of International Law (ESIL), do PEN Clube do Brasil, da Academia Brasileira de Direito (ABD), da Academia Brasileira de Filosofia (ABF), da Academia Maranhense de Letras (AML), do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM) e de várias outras instituições

A tradição aponta oito guerras de religião na França, sendo quatro durante o reinado de Carlos IX (1562-1563, 1567-1568, 1568-1570 e 1572-1573) e quatro nos governos de Henrique III e Henrique IV (1574-1576, 1576-1577, 1579-1580 e 1585-1598), consistindo em um conjunto de campanhas militares interrompidas por breves suspensões das hostilidades.

## 2. As guerras de religião na França

De linha intransigente, o partido católico era liderado pela família Guise,<sup>2</sup> à qual pertenceram, entre outros, os irmãos Francisco – pai do célebre Henrique de Guise e de Luís, Cardeal de Guise –, Carlos, Cardeal de Lorena, e Cláudio, Duque de Aumale, tios de Maria Stuart, enquanto o partido huguenote, não menos extremado, era comandado pelos Bourbons, Condés e Colignys. O tio de Gaspard de Coligny, Anne de Montmorency, Condestável de França, porém, manteve-se na fé católica e fiel à Coroa. Ao regressar do Brasil à França, coerentemente, Villegagnon juntou-se ao primeiro partido, vindo a ser ferido em Rouen e bem-sucedido na defesa de Sens no ano de 1567, frustrando os interesses do Príncipe de Condé. Os principais líderes católicos e protestantes pereceriam todos violentamente, a exemplo de Francisco de Guise em 1563; Anne de Montmorency em 1567; Luís de Bourbon, fundador da Casa de Condé e primeiro Príncipe de Condé, em 1569; Gaspard de Coligny em 1572; Henrique de Guise e o Cardeal de Lorena em 1588.

Durante o seu reinado, o católico Henrique II, protetor de Villegagnon, enfrentara, em meio a guerras, uma difícil situação econômica, aos poucos domada; ora tolerara, ora hostilizara os adeptos da Reforma; e tentara conter a difusão deste movimento no país, ao mesmo tempo em que, guardando um sentimento de desconfiança com respeito às posições do Sumo Pontífice, promovera, no exterior, uma política expansionista, marcada pela associação com os príncipes protestantes germânicos e com os turcos e por expedições enviadas ao Canadá, ao Brasil e à África, mais exatamente ao Marrocos. Sob influência do Condestável de Montmorency, chefe de suas forças armadas, e dos cardeais de Lorena e de Tournon, criara,

---

culturais. Membro de Honra da Sociedade Brasileira de Psicologia Jurídica. Associada correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (HGMG). Detentora de certificados pela University of Cambridge, Inglaterra, e de diplomas pela Université de Nancy II, França. Autora de 19 livros, sobretudo de Direito penal, História e poesia, entre os quais *O Tribunal de Nuremberg*, *Quando*, *Crime organizado e organizações criminosas mundiais* e *1612*. Recebeu o Prêmio “Poesia, Prosa e Arti figurative” (Itália), a Menção Honrosa do prestigioso Prêmio Pedro Calmon 2014 (IHGB) e o tradicional Prêmio Literário Nacional PEN Clube do Brasil 2015. Venceu o Concurso “Monólogos históricos para o PEN Clube em tempos de confinamento e reclusão – 2020”. E-mail: alaferro@uol.com.br.

<sup>1</sup> Ver, a propósito, Mariz e Provençal (2007, p. 32-33); e Provençal (2006, p. 46).

<sup>2</sup> Sobre a família Guise, ver o artigo “The House of Guise”, extraído de *Blackwood's Magazine*, em THE ECCLECTIC MAGAZINE OF FOREIGN LITERATURE, SCIENCE, AND ART (1850, p. 118-134).

logo no primeiro ano de seu governo, isto é, em outubro de 1547, no Parlamento de Paris, uma câmara especial dedicada aos processos de heresia, que seria conhecida como “Câmara Ardente”, pelo destino conferido aos condenados: a fogueira. Após a morte do soberano em 1559, a França adentrou um período de profunda instabilidade no campo dinástico e acentuação dos conflitos entre católicos e huguenotes.

Eloquente evidência dessa conjuntura é que, no curto lapso temporal de 1559 a 1612, o país teve quatro reis, dois deles assassinados, talvez três, e duas regentes.

Francisco II (1544-1560), primogênito de Henrique II com Catarina de Médicis, da dinastia dos Valois, esposo de Maria Stuart, foi o que reinou por menos tempo: apenas um ano, falecendo de uma otite purulenta, ou de tuberculose, ou, ainda, conforme uma hipótese, de envenenamento, sem descendentes.

No ano de 1560, os protestantes, sob a liderança do Príncipe de Condé, promoveram uma malograda tentativa de sequestro do monarca e dos poderosos irmãos Francisco e Carlos de Guise, a chamada Conspiração de Amboise, daí decorrendo violentas represálias por parte dos católicos, como a execução dos rebeldes, as quais forçaram Condé a fugir na sequência imediata, propiciando aos Guises o aumento de sua influência.

Carlos IX (1550-1574),<sup>3</sup> irmão de Francisco II, terceiro filho varão de Henrique II com Catarina, era apenas uma criança quando ascendeu ao trono, de maneira que a sua mãe assumiu o governo como regente por vários anos, posição que já ocupara no passado por breve período quando da campanha de seu esposo na Lorena.

A florentina Catarina de Médicis sempre tencionou a preservação dos direitos de seus filhos no atinente ao cetro gaulês. Com tal intento, sua política interna ora privilegiou os interesses dos católicos, ora favoreceu os interesses dos protestantes nos conflitos religiosos, ora optou por uma atitude tolerante em relação aos calvinistas, ora descambou para uma ação implacavelmente repressiva no respeitante a estes.

Sua política externa agasalhou ambições expansionistas. Defensora das investidas francesas no Brasil desde a época do Rei Henrique II, opôs-se à União Ibérica, em que se deu a união das coroas portuguesa e espanhola, na figura de seu primo Felipe II de Espanha

---

<sup>3</sup> A título de curiosidade, o governo de Carlos IX está associado a uma das mais conhecidas versões do começo da tradição do dia da mentira, 1º de abril. Em 1564, foi ele quem, com a adoção do calendário gregoriano, instituiu o dia 1º de janeiro como marco inicial do ano. Anteriormente, o Ano Novo era celebrado em 25 de março, princípio da primavera, estendendo-se as comemorações por uma semana, isto é, até 1º de abril. Os franceses mais conservadores não aderiram à alteração e mantiveram a celebração na data do passado, o que lhes tornou alvo de zombarias por parte dos aderentes à mudança, que passaram a lhes enviar presentes esdrúxulos ou convites referentes a festas inexistentes, em brincadeiras chamadas de *plaisanteries*, gerando dúvidas e confusão na mente das pessoas sobre a veracidade da data. Nasceu então a tradição do 1º de abril como o dia da mentira, que depois ganhou a Inglaterra e o mundo.

(Felipe I de Portugal), após o falecimento do Cardeal D. Henrique em janeiro de 1580, o qual, por seu turno, já quase septuagenário, sucedera ao lendário D. Sebastião I, desaparecido na Batalha de Alcácer-Quibir ou Batalha dos Três Reis no norte do Marrocos em 1578, enquanto guerreava contra o exército de um sultão local, aliado dos otomanos.

A morte do soberano lusitano desencadeou uma crise sucessória, porque ele não deixou herdeiros, permitindo que pretendentes lusos e estrangeiros disputassem o trono, a exemplo de três netos de D. Manuel I de Portugal: a Infanta Catarina, Duquesa de Bragança; António, Prior do Crato; e Felipe II de Espanha, que venceria a queda de braço pela força das armas, invadindo o território português. Catarina de Médicis também se apresentou como candidata à sucessão,<sup>4</sup> porém acabou firmando um acordo secreto com o prior, pelo qual ela o apoiaria na luta pelo poder e renunciaria ao seu alegado direito à Coroa lusitana em favor dele, ao passo que ele, uma vez à testa do governo luso, reconheceria as reivindicações francesas a respeito do Brasil, cujo Vice-Rei seria o primo da Rainha-Mãe, Filippo Strozzi.

Revela Charles de la Roncière não somente o encontro e o acerto de natureza sigilosa entre o representante de Catarina de Médicis e D. António, mas igualmente os planos ambiciosos da rainha no tocante à ajuda militar ao aliado e ao assenhoreamento do Brasil:

Don Antonio aprendeu, na sua chegada à França, como nós o queríamos: o irmão do rei, François d'Alençon, debateu com ele o preço de nossa cooperação. A renúncia de sua mãe ao trono de Portugal comportava certas compensações que foram estabelecidas entre os dois príncipes em 6 de outubro de 1581, por ocasião de um encontro secreto numa cidade de Eu. Lá somente assistiam como testemunhas Vimioso e Strozzi.

De algumas confidências escapadas a este no curso de uma conversa com Brantôme, podia-se conjecturar que um grande papel lhe estava

<sup>4</sup> “O desaparecimento do rei Sebastião no campo de batalha de El-Ksar em 1578 deixava a coroa de Portugal a um ancião, ao cardeal Henrique. Preocupado com o futuro, Henrique I convidou os seus sucessores eventuais a fazerem valer, em sua vida, as suas pretensões. Foi então que a rainha Catarina de Médicis, sempre em busca de um trono para o último de seus filhos, descobriu direitos à coroa de Portugal como herdeira em linha colateral da Casa de Boulogne e não temeu entrar em competição com o rei da Espanha, um príncipe de Bragança e o neto ilegítimo do rei Manuel. Alguns meses depois, antes que fosse designado o herdeiro presuntivo, em 15 de janeiro de 1580, a sucessão se abria pela morte do rei Henrique I. [...] ‘Perseguir meu dito direito sobre Portugal não é prejudicar ninguém’, respondia a rainha-mãe às observações do embaixador da Espanha” (LA RONCIÈRE, 1910, v. 4, p. 167-168, tradução nossa). Este é o texto original: “La disparition du roi Sébastien sur le champ de bataille d’El-Ksar, en 1578, laissait la couronne de Portugal à un vieillard, au cardinal Henri. Soucieux de l’avenir, Henri I<sup>er</sup> convia ses successeurs éventuels à faire valoir, de son vivant, leurs prétentions. C’est alors que la reine Catherine de Médicis, toujours en quête d’un trône pour le dernier de ses fils, se découvrit des droits à la couronne de Portugal comme héritière en ligne collatérale de la Maison de Boulogne et ne craignit point d’entrer en compétition avec le roi d’Espagne, un prince de Bragançe et le petit-fils illégitime du roi Emmanuel. A quelques mois de là, avant que fût désigné l’héritier présomptif, le 15 janvier 1580, la succession s’ouvrait par la mort du roi Henri I<sup>er</sup>. [...] ‘Poursuivre mondict droit de Portugal, ce n’est faire tort à personne’, répondait la reine mère aux observations de l’ambassadeur d’Espagne.” A frase da rainha é extraída de uma de suas cartas, datada de 13 de setembro de 1581.

reservado nas combinações da rainha-mãe, um papel incompatível com o cargo de coronel general da infantaria. Convidado a se desfazer de seu ofício por cinquenta mil escudos, Philippe Strozzi obedeceu, não sem pesar. [...]

O que ele compreendia por isso? Certas cartas de provisões misteriosas, que ele acabara de receber, estabeleciam-no como ‘tenente-general ou vice-rei, sem que fosse necessário especificá-lo mais particularmente, em certo lugar para onde o dito senhor de Strozzi se encaminhasse:’ ele devia ter, ‘ele sozinho, o total encargo, comando e intendência em nome de Sua Majestade no sítio e lugar acima referido’.

Este lugar, a gente saberia por um envelope lacrado para ser aberto apenas no dia da partida. E de uma mão entorpecida pela idade, com uma ortografia demasiado fantasista para que eu a reproduza, mas com uma amplitude de visão espantosa, eis que magnífico plano de campanha traçava a velha rainha:

Strozzi, após haver ocupado a Madeira, terminará de restabelecer os Açores sob o domínio português. Brissac, com suas tropas, se assegurará das ilhas do Cabo Verde. Com a chegada do mês de agosto, Strozzi, deixando nas ilhas forças suficientes para conservá-las, se encaminhará para o Brasil com o resto de seu exército. – Assim, era do Brasil que o primo da rainha fora nomeado vice-rei. António e Catarina haviam ‘ficado de acordo que, restabelecido ele nos seus Estados, ela teria para suas pretensões a região do Brasil’ (LA RONCIERE, 1910, v. 4, p. 173-175, tradução nossa).<sup>5</sup>

Volvendo ao período de Carlos IX, no plano interno, no início de 1562, o Parlamento de Paris negou-se a permitir aos huguenotes a prática de sua fé fora das cidades. Muito pior sucedeu no dia 1º do mesmo ano, quando ocorreu o Massacre de Vassy, episódio tido como desencadeador das guerras de religião, em que os homens de Francisco de Guise,

---

<sup>5</sup> A redação em francês é a seguinte: “Don Antonio apprit, à son arrivée en France, comment nous l’entendions: le frère du roi, François d’Alençon, débattit avec lui le prix de notre concours. La renonciation de sa mère au trône de Portugal comportait certaines compensations qui furent réglées entre les deux princes, le 6 octobre 1581, lors d’une entrevue secrète dans une ville d’Eu. N’y assistaient comme témoins que Vimioso et Strozzi. De quelques confidences échappées à celui-ci au cours d’une conversation avec Brantôme, on pouvait conjecturer qu’un grand rôle lui était réservé dans les combinaisons de la reine mère, un rôle incompatible avec la charge de colonel général de l’infanterie. Invité à se défaire de son office pour cinquante mille écus, Philippe Strozzi obéit, non sans regret. [...] Qu’entendait-il par là? Certaines lettres de provisions mystérieuses, qu’il venait de recevoir, l’établissaient ‘lieutenant-générale ou vice-roy, sans qu’il fût besoin de le spécifier plus particulièrement, en certain endroit où ledit sieur de Strozzi s’acheminait:’ il devait avoir, ‘lui seul, la totale charge, commandement et intendance de par sa Magesté en l’endroit et lieu dessusdit’. Ce lieu, on l’apprendrait par un pli cacheté à n’ouvrir que le jour du départ. Et d’une main alourdie par l’âge, avec une orthographe trop fantasiste pour que je la reproduise, mais avec une largeur de vues étonnante, voici quel magnifique plan de campagne traçait la vieille reine: Strozzi, après avoir occupé Madère, achèvera de remettre les Açores sous la domination portugaise. Brissac, avec ses troupes, s’assurera des îles du Cap Vert. Le mois d’août venu, Strozzi, laissant dans les îles des forces suffisantes pour les conserver, s’acheminera vers le Brésil avec le reste de son armée. – Ainsi, c’était du Brésil que le cousin de la reine était nommé vice-roi. Antoine et Catherine étaient ‘demeurés d’accord que, luy restabli dans ses Estats, elle auroit pour ses prétentions la région du Brésil’.” O plano em causa, informa ainda Roncière em nota de rodapé, foi submetido ao monarca da época, *in casu*,

ferido no rosto com uma pedrada por um protestante, perpetraram a matança de cerca de 60 calvinistas e feriram aproximadamente 200, os quais haviam se reunido em culto no interior de um celeiro, na localidade de Vassy, que abrigava uma expressiva congregação de fiéis da Reforma, próxima aos domínios dos Guise.

O fatídico acontecimento, aparentemente uma retaliação a excessos anteriores cometidos pelos convertidos ao protestantismo, de qualquer forma injustificável, rendeu a Francisco de Guise a alcunha de “Açougueiro de Vassy”, dada por seus inimigos.<sup>6</sup> A Primeira Guerra de Religião findou apenas com o Tratado de Amboise no ano subsequente.

Foi ainda durante o reinado de Carlos IX, provavelmente por determinação da onipresente Catarina de Médicis, cuja influência sobre o filho jamais cessou, que se verificou o massacre da “Noite de São Bartolomeu”, sangrento e emblemático episódio das guerras de religião, em que houve uma sequência coordenada, patrocinada pela Coroa, de ataques e homicídios em larga escala perpetrados contra protestantes, por católicos, integrantes de todas as classes sociais, desencadeados em 24 de agosto de 1572, dia de São Bartolomeu, em Paris, quando das celebrações pelo casamento entre o nobre huguenote Henrique de Navarra e a princesa católica Margarida de Valois, irmã do monarca – união essa, ironicamente, idealizada para apaziguar as disputas de caráter religioso –, com desdobramentos em várias outras cidades gaulesas pelos dias que se sucederam, resultando no assassinato de mais de 30.000 partidários da Reforma, 3.000 destes somente em Paris, onde o Sena teria se coberto de vermelho do sangue das vítimas.

Destacava-se, entre os mortos, Gaspard de Coligny, o qual foi arrastado de sua cama, em que se recuperava de um atentado anterior à sua vida, golpeado mortalmente, jogado pela janela, decapitado e lançado desnudo no famoso rio. O popular líder católico Henrique de Guise ou Henrique de Lorena (1550-1588) teria ordenado a sua eliminação e até desferido um pontapé em seu cadáver, por culpá-lo pelo assassinio de seu pai Francisco de Guise, anterior Duque de Guise, proeminente chefe militar, anos antes, pela ação de um protestante, na oportunidade em que ele se preparava para tomar Orléans aos seguidores de Condé, conhecido fato da Primeira Guerra de Religião. Embora Coligny jamais haja admitido o desempenho do papel de mandante, ele comemorara publicamente tal morte na época.

---

Henrique III, que o aprovou em 3 de maio de 1582, repousando o original em São Petersburgo, na Biblioteca do Hermitage. *Ibidem*, p. 175.

<sup>6</sup> Ver, sobre o Massacre de Vassy, “The French Wars of Religion”, extraído de *Blackwood’s Magazine*, em THE ECLECTIC MAGAZINE OF FOREIGN LITERATURE, SCIENCE, AND ART (1850, p. 461). O artigo tem por referência o segundo volume da obra *Histoire des Ducs de Guise*, de autoria de René de Bouillé, publicada em 1849.

Apenas dois anos após a formalização da Paz de Saint-Germain, que estabelecera uma trégua, encerrando a Terceira Guerra de Religião, teve lugar o massacre da “Noite de São Bartolomeu”, do qual Henrique de Guise foi um dos beneficiários em termos políticos. A propósito, este Duque de Guise teve atuação marcante em várias das guerras em questão: por exemplo, na mesma Terceira Guerra de Religião, sobressaiu-se nas batalhas de Jarnac e Moncontour, ambas em 1569; e na Oitava Guerra de Religião, liderando os católicos, triunfou sobre os huguenotes nas batalhas de Vimory e d’Auneau, as duas em 1587. Ele alcançou o posto de Prefeito de Paris e chegou a ser nomeado Chefe Geral dos Exércitos do Reino.

Henrique III (1551-1589), também filho de Henrique II e Catarina, tornou-se o soberano da França com a morte de Carlos IX no ano de 1574. Reinou em tempo de grande turbulência político-social, motivada, sobretudo, pela continuidade das guerras de religião, permitindo, além disso, o mergulho da França em nova crise financeira. Lutou contra o enfraquecimento do poder real e foi um dos protagonistas da Guerra dos Três Henriques, juntamente com o protestante Henrique de Navarra, posteriormente Rei Henrique IV, marido de sua irmã Margarida de Valois, e Henrique de Guise, Príncipe de Joinville e Duque de Guise, chefe da Liga Católica – apoiada pela Espanha, inclusive financeiramente –, antigo aliado, depois rival, a quem mandou assassinar em dezembro de 1588, para extirpar a ameaça que ele representava à sua autoridade e ao seu trono, pela sua popularidade, influência e aliança com o monarca hispânico Felipe II. Em consequência, Henrique III igualmente sucumbiria alguns meses adiante, mais precisamente em agosto de 1589, apunhalado pelas mãos de um fanático, o frade jacobino Jacques Clément. Assim findou a dinastia dos Valois.

Foi no curso de seu governo que ocorreram as missões de Strozzi no Brasil, a partir de 1576, sob ordens de Catarina de Médicis, e a União das Coroas Ibéricas (1580-1640), pela qual Portugal e, conseqüentemente, o Brasil, passaram ao domínio da Espanha, primeiramente de Felipe II (1527-1598). Enquanto a Rainha-Mãe lutava pelos interesses franceses no Brasil, contestando oficialmente e nos bastidores com o Prior do Crato os direitos alegados pelo soberano espanhol, entre outras providências, a radical Liga Católica, dirigida por Henrique de Guise, negligenciou as possibilidades gaulesas na América lusitana, favorecendo os objetivos do também católico Felipe II, seu aliado no conflito com os calvinistas, ao deixar a terra brasileira aos hispânicos em 1584.

Não se desenrolaram as coisas em harmonia com o planejado e desejado por Catarina, porque o seu primo Strozzi, no comando de uma expedição luso-francesa, a serviço sigiloso da Coroa gaulesa, em prol da causa de D. António, morreu após a derrota na Batalha naval de Vila Franca, travada em 26 de julho de 1582 nos Açores, contra uma armada luso-

castelhana, chefiada pelo Marquês de Santa Cruz de Mudela, D. Álvaro de Bazán, defendendo os interesses de Felipe II.

Como a expedição não ostentava cunho oficial reconhecido, porquanto Catarina não a assumiu como uma iniciativa sancionada pela Coroa, os numerosos prisioneiros franceses, oitenta fidalgos e trezentos e treze soldados e marinheiros, pagaram o insucesso militar com a vida, condenados à morte que foram como piratas e perturbadores da paz pública. Tão somente foram poupados os pilotos e os jovens abaixo de dezessete anos. Os fidalgos foram supliciados por meio do garrote em um cadafalso erguido em Vila Franca, ao passo que os demais foram enforcados. Filippo Strozzi teve seu corpo lançado ao mar de um galeão ibérico sem honras militares.<sup>7</sup> A sua morte e o triunfo das pretensões de Felipe II sobre as do Prior do Crato enfraqueceram os esforços reivindicatórios franceses em relação ao Brasil por um tempo.

Henrique IV (1553-1610), cognominado o Grande, antes Henrique de Navarra, chefe huguenote sobrevivente do massacre da “Noite de São Bartolomeu”, inaugurou a dinastia dos Bourbons, tornando-se rei quando foi assassinado Henrique III, seu primo e cunhado, em 1589. Mas teve de conquistar o seu reino pelas armas. Venceu o Duque de Mayenne, novo líder da Liga Católica, após o assassinio de Henrique de Guise, em Arques em setembro de 1589 e, novamente, em Ivry em março do ano seguinte. Percebendo que somente seria aceito por seus súditos, majoritariamente católicos, se adotasse a religião dominante, abjurou a fé protestante em Saint-Denis no dia 25 de julho de 1593 e foi coroado em Chartres em 26 de fevereiro de 1594, entrando em Paris no mês subsequente. Obteve a absolvição do Papa Clemente VIII. É dele a espirituosa observação de que Paris bem valia uma missa, dita em 1593, para “justificar” a sua adesão ao catolicismo.

Derrotou o espanhol Felipe II, católico fervoroso, que invadira o território gaulês em apoio à Liga, o mesmo personagem real da poderosa esquadra conhecida como “Invencível Armada”, peça principal da fracassada tentativa de subjugar a Inglaterra de Elizabeth I em 1588. Firmou o Tratado de Vervins com a Espanha em 2 de maio de 1598, pelo qual foram restabelecidas as cláusulas da Paz de Cateau-Cambrésis, de 1559.

Monarca de notável visão política e administrativa, sábio, pragmático, preocupado com o bem-estar de seu povo e decidido a combater as paixões religiosas que haviam ensanguentado o seu país por quase meio século, não foi chamado de o Grande ao acaso.

Na esfera religiosa, pacificou a França, por meio do Édito de Nantes (1598), que garantiu aos huguenotes a livre manifestação de seu credo nas cidades em que o culto era



anterior a 1597, o direito de reunião em assembleias particulares e o livre acesso aos empregos e instituiu 151 lugares de refúgio, dos quais 51 eram *places de sûreté*, espécies de praças fortificadas, sob o controle dos calvinistas.

Na seara econômica, recuperou as combalidas finanças do reino e o recolocou em um caminho de prosperidade, revertendo a difícil situação econômica causada pelos anos de instabilidade político-social e guerra civil. Para tal, contou com a valiosa atuação de seu principal ministro, o despótico, mas competente, Maximilien de Béthune, Duque de Sully. Oliveira Lima frisa exatamente esse aspecto de reconstrução nacional:

Henrique IV recebia um país devastado, sem recursos e sem ordem, pilhado a um tempo pelos governadores e pelos salteadores; seu mérito foi levantá-lo, restabelecendo as finanças, desembaraçando a agricultura, disciplinando os grandes, protegendo as reservas do país. A França conheceu de novo dias felizes sob o seu govêrno e do seu ministro, o duque de Sully (1560-1641). O rei interessava-se diretamente pelo bem-estar dos seus súditos, querendo, na sua frase se não autêntica, pelo menos expressiva da sua personalidade, que cada francês tivesse ao domingo a sua canja de galinha (LIMA, [1960?], p. 284).

Sob o reinado de Henrique IV e a administração do Duque de Sully, influenciado pelas ideias mercantilistas, caracterizadas pela criação de um mercado interno, associada ao protecionismo contra a concorrência estrangeira, foram incentivados a produção agrícola, a pecuária, a indústria e o comércio, com uma estratégia de limitação da importação e fomento à exportação, ancorada em uma eficiente reforma fiscal, dedicada à persecução dos objetivos de equilíbrio e robustecimento do Tesouro Real, organização da arrecadação e formação das condições econômico-financeiras para o desenvolvimento.

Isto levou a uma melhoria do padrão de vida do povo, o que valeu ao rei o respeito e a estima da maioria de seus súditos e das gerações futuras, retratado como déspota esclarecido por Voltaire, em um poema épico de 1715, intitulado “Henriáda”, e como encarnação das concepções de liberdade individual e senso democrático pelo alemão Heinrich Mann, em um romance histórico sobre a sua vida, dividido em duas partes, respectivamente publicadas em 1935 e 1938.

Concomitantemente, o soberano fortaleceu bastante o poder real perante a nobreza, sempre saudososa dos tempos feudais, utilizando-se de suborno ou da força. Edward

---

<sup>7</sup> Ver La Roncière (1910, v.4, p. 188-190).

Burns assim sintetiza as realizações, nesse campo, de Henrique IV e de seu mais importante colaborador:

Nessa tarefa teve a assistência eficiente de seu primeiro ministro o duque de Sully. Rabujento, despótico e avaro, Sully foi o perfeito predecessor de Colbert, no século XVII. Durante anos o rei e seu fiel servo trabalharam para restaurar as finanças abaladas de França; Sully dedicou seus esforços principalmente à reforma fiscal, visando eliminar a corrupção e o desperdício e trazer maiores rendas para o tesouro real. Empenhou-se também no incremento da prosperidade agrícola dragando pântanos, cultivando terras devastadas, subsidiando a criação de gado e abrindo mercados estrangeiros para os produtos da terra. O rei dedicou grande parte de sua atenção ao incremento da indústria e do comércio. Introduziu em França a manufatura da sêda, e graças aos subsídios e monopólios encorajou outras indústrias, firmando tratados comerciais favoráveis com a Inglaterra e a Espanha. Henrique, porém, não se limitou a fazer reformas econômicas. Interessou-se também profundamente pelo aniquilamento do poder renascente da nobreza e seus esforços nesse sentido foram tão bem sucedidos, que repôs a monarquia na posição superior que conhecera no fim da Guerra dos Cem Anos. Seu governo foi inteligente e benévolo, mas não menos despótico (BURNS, 1957, v. 2, p. 528).

Na política externa, o monarca procurou inserir a França em uma posição de destaque no cenário internacional, em relação, por exemplo, a uma participação significativa no disputado comércio do Mediterrâneo e das Índias Orientais, à retomada da meta de conquista do Novo Mundo, incluindo o intento de estabelecimento de colônia no Brasil setentrional, e, principalmente, à implementação de uma política de oposição aos interesses da Espanha e dos Habsburgos e de aproximação e até aliança com soberanos protestantes. Com tal propósito, revigorou as forças armadas e estimulou a muitas vezes interrompida ou adiada expansão ultramarina do país.

Esposo da famosa Margarida de Valois, a Rainha Margot, rompeu definitivamente os seus laços matrimoniais com a irmã de Henrique III em 1599, com as bênçãos da Santa Sé, e, no ano seguinte, casou-se com Maria de Médicis, descendente dos Habsburgos, filha de Francisco I de Médicis, Grão-Duque da Toscana, e sobrinha de Catarina de Médicis. Foi um matrimônio motivado, sobretudo, por razões financeiras, ligadas a interesses políticos, posto que a noiva, apelidada de “Grande Banqueira”, pertencia a uma família credora da Coroa francesa, os influentes Médicis.

Do mesmo modo que o seu antecessor, o já deveras popular Henrique IV também sofreu morte violenta em 14 de maio de 1610 dentro de seu coche em Paris, na Rua de la

Ferronnerie, pela adaga de outro fanático católico, o monge François Ravailac. Não fora o seu desaparecimento precoce, talvez a colônia da França Equinocial, que seria fundada em 1612 no Maranhão, houvesse tido vida longa. Seu assassino, possivelmente um doente mental, que viera à cidade a pé, envenenado por panfletos louvando a figura de outro regicida, Jacques Clément, ouvira dizer que Henrique IV tencionava entrar em guerra contra o papa e planejava um massacre, ao estilo da “Noite de São Bartolomeu”, contra os católicos. Na verdade, o marido de Maria de Médicis, que escapara de atentados anteriores contra a sua vida, pretendia apoiar os príncipes protestantes em uma guerra contra a Casa d’Áustria e a Espanha de credo católico. Não teve chance. Ravailac foi preso logo em sequência, torturado e executado, tendo o seu corpo sido esquartejado e queimado. O seu nome passou a ser vedado para designar qualquer pessoa do reino.

Aproximadamente duas horas e meia após a ação criminosa, o Parlamento de Paris declarou regente a esposa florentina de Henrique IV, em face da menoridade do delfim, que seria conhecido como Luís XIII (1601-1643), então com quase 9 anos de idade.

### **3. As figuras de Maria de Médicis e Richelieu**

Para a maioria dos historiadores, a regência de Maria de Médicis foi deletéria para os esforços de reconstrução do país promovidos por Henrique IV. Pierre Deyon decreta que a menoridade de Luís XIII deixaria o reino à mercê de “perigos temíveis”, que a rainha regente “não possuía talento algum político” e que, de 1610 a 1634, “a orientação da política exterior da França, oposta àquela que o rei imaginara, deixou o campo livre aos empreendimentos de Madri e de Viena” (DEYON, 1999, p. 415, tradução nossa)<sup>8</sup>. Para Edward Burns, os anos subsequentes à morte de Henrique IV “foram cheios de incertezas e de confusão até 1624, quando Luiz XIII [...] confiou a direção de seu reino ao cardeal Richelieu” (BURNS, 1957, v. 2, p. 528).

Maria de Médicis (1575-1642), com efeito, não se imortalizou nos livros da História por suas virtudes políticas. Seu governo (1610-1617) foi marcado pela forte e danosa influência de um aventureiro italiano, Concino Concini, esposo de sua irmã de leite e camareira Leonora Galigai, o qual chegou a ser alçado à posição de marechal. Dispensou os serviços de Sully, que tanto contribuíra para o êxito da administração anterior. Enquanto o seu

---

<sup>8</sup> As asserções do autor na língua original são as seguintes: “De 1610 à 1634, l’orientation de la politique extérieure de la France, opposée à celle que le roi avait imaginée, laissa le champ libre aux entreprises de Madrid et de Vienne. [...] La minorité de Louis XIII, qui avait à peine neuf ans, allait exposer la France à des dangers redoutables. Marie de Médicis ne possédait aucun talent politique, et l’influence qu’elle accorda à quelques

marido fora habilidoso ao lidar com as ambições e maquinações dos nobres, em proveito da afirmação da autoridade real e da recuperação das finanças, Maria tentou conquistar-lhes o apoio à custa de pensões e favores, sacrificando o Tesouro Real. “Era um resto de feudalismo anárquico que se traduzia sobretudo pelo assalto ao tesouro, ajudando a confusão a situação criada aos reformados, de um Estado dentro do Estado, a ponto tal que pensaram em separar-se e formar república”, explica Lima ([1960?], p. 286).

Em 1614, pressionada pelos nobres, a rainha regente convocou os Estados gerais, assembleia reunida em tempos de crise como órgão político de consulta e deliberação, constituída de representantes das três ordens sociais ou estados, isto é, o Primeiro Estado (o clero), o Segundo Estado (a nobreza) e o Terceiro Estado (o povo), os quais defenderam interesses antagônicos. O Terceiro Estado se insurgiu contra as pensões concedidas aos nobres, prejudiciais às finanças do reino, e propôs o reconhecimento da autoridade do monarca gaulês como superior à autoridade papal, o que foi recusado tanto pelo clero, quanto pela nobreza. Prevaleram as manifestações destes últimos. Mas a ideia do absolutismo logo daria vigorosos frutos no solo francês.

Permitiu Maria de Médicis o renascimento das tensões adormecidas entre os católicos e os huguenotes, estes temerosos de algum retrocesso quanto aos direitos políticos e de liberdade de consciência sacramentados no Édito de Nantes, em virtude da realidade do catolicismo como religião da maioria da população gaulesa e da regente, da grande influência do nuncio apostólico sobre a rainha e dos planos de casamento das crianças reais Luís e Élisabeth, respectivamente com Ana de Habsburgo ou Ana d’Áustria, infanta da Espanha, e Felipe de Habsburgo, Príncipe das Astúrias, futuro Felipe IV de Espanha e Felipe III de Portugal, países integrantes da católica União Ibérica.

Todavia, não foi da Rainha-Mãe a ideia de união por casamento das casas reais da França e da Espanha, mas do Papa Clemente VIII, padrinho do delfim, a qual fora estimulada pelo próprio Henrique IV pelo menos até 1609, quando a deterioração das relações com os hispânicos e os Habsburgos o fizera abandonar o projeto e considerar outras opções matrimoniais.<sup>9</sup>

Luís XIII contraiu núpcias com Ana d’Áustria em 21 de novembro de 1615 e Élisabeth de Bourbon ou de França casou-se com Felipe, herdeiro do cetro ibérico, em 25 do mesmo mês e ano, coroando a política hispanófila de Maria de Médicis.

---

membres de son entourage intime, en particulier à Leonora Galigaï et à son mari Concini, discrédita son gouvernement.”

<sup>9</sup> Ver Dubost (2009, p. 395).

O término oficial da regência aconteceu em 2 de outubro de 1614, com a proclamação da maioria do rei, porém a rainha, agora na qualidade de chefe do Conselho real, ainda se conservaria no poder até 1617, quando o jovem Luís XIII assumiria de fato o trono em um “golpe de Estado”, ao ordenar a detenção e talvez a morte de Concini, tido como uma espécie de usurpador – o qual foi efetivamente morto por Vitry, capitão dos guardas do rei, aparentemente em decorrência de um gesto interpretado como de resistência à ordem de prisão –, e autorizar o afastamento de sua mãe do governo, por intermédio da ação de seu ministro, o Duque de Luynes, seu favorito desde 1614. Ela foi exilada no Castelo de Blois, mas de lá escapou em fevereiro de 1619 e promoveu guerras contra o seu filho, que acabou por perdoá-la.

Maria de Médicis ainda voltou a exercer influência na Corte após 1620, sendo a principal responsável pela ascensão do célebre Richelieu na cena política francesa, o qual, graças à interferência da florentina, foi admitido no Conselho do Rei em abril de 1624 e tornou-se chefe do órgão em 13 de agosto do ano em questão. Enquanto esteve próxima ao soberano, armou intrigas contra o seu próprio filho e a esposa deste.

Por derradeiro, no ano de 1630, descontente com o crescente antagonismo do seu antigo protegido Richelieu em relação aos Habsburgos, governantes católicos da Espanha e dos Estados austríacos, Maria esforçou-se para que Luís XIII o destituísse de suas funções como primeiro ministro, mas foi ele quem, surpreendentemente, sobrevivendo à *journalée des Dupes* (dia dos Tolos, em 11 de novembro), conseguiu do monarca um novo – e, desta feita, definitivo – afastamento da rainha, a qual, nos anos que se seguiram, apoiou as pretensões de Gastão de Bourbon, Duque de Orléans, também seu filho, ao cetro gaulês, jamais concretizadas, e não cessou de buscar a queda de Richelieu, igualmente sem sucesso, até morrer em Colônia, Alemanha, em 1642. O Cardeal de Richelieu enfrentaria ainda outras conspirações contra si e permaneceria como o braço direito de Luís XIII, denominado o Justo, até o mesmo ano de 1642, quando faleceria, poucos meses depois de sua quase algaz.

Entretanto, Jean-François Dubost, em alentada biografia da governante florentina, intitulada *Marie de Médicis: la reine dévoilée* (2009), insurge-se contra a historiografia que retrata de modo impiedosamente desfavorável a rainha. Doutor em História pela Universidade de Paris 1 (Sorbonne), o professor universitário, estribando-se em uma nova leitura de fontes tradicionais e na análise de novas fontes, e sem desconsiderar as contradições das políticas e estratégias abraçadas pela italiana, defende que ela demonstrou habilidades de inovação para buscar a superação dos problemas inerentes à sua carência de legitimidade para governar a França, que ela tinha um papel a desempenhar como católica devota nas rédeas de uma nação

européia de proa, em meio a um mundo conturbado pelas tensões político-religiosas e pelos interesses dinásticos, e, mormente, que ela buscou respeitar o legado de seu marido Henrique IV, pacificador do reino, e reforçar a visão do poder como algo de base aristocrática, acabando por concorrer para a afirmação das engrenagens do absolutismo, que viria a vitimá-la.

Nessa esteira, Dubost, não sem alguma razão, argumenta que a Rainha-Mãe, apesar de tal realidade ser constantemente omitida na historiografia francesa, procurou dar continuação aos projetos marítimos e coloniais de seu esposo, tendo uma atuação significativa na meta de expansão marítima do país:

Outro aspecto na ação de Maria de Médicis foi largamente ocultado pela tradição historiográfica: o encorajamento dado às expedições marítimas e coloniais. Lembramo-nos das tentativas que ela conduziu a título pessoal em 1603 e em 1609. Uma vez regente, ela se esforçou aí também para se aproveitar do ímpeto adquirido no reinado precedente, ao sustentar os empreendimentos de promoção do grande comércio marítimo e as expedições coloniais (DUBOST, 2009, p. 381, tradução nossa).<sup>10</sup>

Lembra o autor, ainda, que Maria não foi responsável pelo desaparecimento de companhias gaulesas de navegação criadas sob o governo de Henrique IV, no período de 1601 a 1604, que eram inspiradas no modelo das Companhias das Índias Orientais inglesa e holandesa, esta a mais famosa, e que, inclusive, ela injetou novo ânimo no projeto, no ano de 1611, ao colocar sob proteção real a companhia dirigida pelo francês Godefroy e pelo flamengo Girard Le Roy, a única a sobreviver à concorrência e hostilidade dos batavos, concedendo-lhe o aumento e a confirmação de seus privilégios por dois anos.

Dubost até especula se não foi precisamente a demissão do Duque de Sully, refratário aos planos marítimos e coloniais do monarca Henrique IV, que possibilitou o revigoramento desses planos de companhias comerciais. Ademais, o historiador enfatiza que as cartas patentes de 1611 que puseram a indigitada companhia sob salvaguarda real ostentam os traços do mercantilismo clássico<sup>11</sup> e que a rainha resolveu pessoalmente promover

---

<sup>10</sup> Este é o texto na língua original: “Un autre aspect dans l’action de Marie de Médicis a été largement occulté par la tradition historiographique: l’encouragement donné aux expéditions maritimes et coloniales. On se souvient des essais qu’elle avait tentés à titre personnel en 1603 et en 1609. Devenue régente, elle s’est efforcée là aussi de poursuivre sur la lancée du règne précédent en soutenant des entreprises promouvant le grand commerce maritime et les expéditions coloniales.”

<sup>11</sup> “As cartas patentes de 1611 que colocam a companhia sob proteção real contêm todos os aspectos do mercantilismo francês clássico: evitar as saídas de numerário do reino construindo uma frota de comércio francesa, recrutando marujos estrangeiros de experiência comprovada, reunindo os capitais necessários graças

explorações gaulesas nas costas da África negra e, mais importante para o Brasil, confiou a François de Razilly a expedição da própria França Equinocial, desencadeada em 1612.<sup>12</sup>

Por seu turno, Charles de la Roncière atesta que o protestante Sully realmente não era um defensor do projeto colonial francês, conquanto feroz adversário da Espanha, tomando como parâmetro uma carta de 1608 redigida pelo ministro:

Inimigo encarniçado do rei católico, o huguenote aconselhava atingir a Espanha no coração e nas entranhas, ‘que eu estimo, pelo presente, residirem nas Índias Ocidentais,’ escrevia ele em 26 de fevereiro de 1608 ao presidente Jeannin: nosso papel é de subverter a rude dominação espanhola, sem pretender nada edificar sobre as suas ruínas. Nós não poderíamos ‘conservar tais conquistas, por serem demasiado distanciadas de nós e, por conseguinte, desproporcionadas em relação à natureza e ao cérebro dos franceses, que eu reconheço, para meu grande desgosto, não terem nem a perseverança nem a providência requeridas para tais coisas, mas que ordinariamente só usam o seu vigor, o seu espírito e a sua coragem para a conservação daquilo que lhes toca bem de perto. As coisas que permanecem separadas de nosso corpo por terras ou mares estrangeiros somente nos serão uma grande carga e de pouca utilidade’ (LA RONCIÈRE, 1910, v. 4, p. 277, tradução nossa).<sup>13</sup>

---

aos associados constituintes da companhia comercial. O não-desenobrecimento, ou possibilidade de não perder a sua qualidade, é garantida aos nobres que investiriam na empresa. O projeto é sustentado pelo almirante da França, Charles de Montmorency-Damville, irmão do condestável. Que, no final das contas, estes apoios tenham sido insuficientes e que os círculos de mercadores franceses não tenham acreditado nessas iniciativas, é incontestável: retomando estes projetos em 1664, Colbert se bate contra o mesmo tipo de resistência. Mas é coisa completamente diferente que afirmar, frequentemente com base nos protestos indignados de um Montchrestien, que a rainha e o seu governo manifestaram um total desinteresse pelos negócios marítimos e coloniais... Totalmente ao contrário, o interesse da rainha por estas questões parece dos mais vivos.” *Ibidem*, p. 382. (Tradução nossa). Este é o comentário no original: “Les lettres patentes de 1611 qui mettent la compagnie sous protection royale contiennent tous les aspects du mercantilisme français classique: éviter les sorties de numéraire du royaume en construisant une flotte de commerce française, en recrutant des marins étrangers à l’expérience éprouvée, en réunissant les capitaux nécessaires par l’intermédiaire des associés constituant la compagnie commerciale. La non-dérogeance, ou possibilité de ne pas perdre leur qualité, est garantie aux nobles qui investiraient dans l’entreprise. Le projet est soutenu par l’amiral de France, Charles de Montmorency-Damville, frère du connétable. Qu’au bout du compte ces soutiens aient été insuffisants et que les milieux marchands français n’aient pas cru à ces initiatives, c’est incontestable: reprenant ces projets en 1664, Colbert se heurte au même type de résistances. Mais c’est tout autre chose que d’affirmer, souvent sur la foi des protestations indignées d’un Montchrestien, que la reine et son gouvernement ont manifesté un désintérêt total pour les affaires maritimes et coloniales... Tout au contraire, l’intérêt de la reine pour ces questions paraît des plus vifs.”

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 381-383. A expedição, na verdade, também foi liderada por Daniel de la Touche.

<sup>13</sup> LA RONCIÈRE. *Histoire de la marine française*, p. 277. (Tradução nossa). Este é o texto na língua original: “Ennemi acharné du roi catholique, le huguenot conseillait de frapper l’Espagne au cœur et dans les entrailles, ‘que j’estime, pour le présent, résider aux Indes Occidentales,’ écrivait-il le 26 février 1608 au président Jeannin: notre rôle est de bouleverser la rude domination espagnole, sans prétendre rien édifier sur ses ruines. Nous ne pourrions ‘conservar de telles conquestes, comme trop éloignées de nous et, par conséquent, disproportionnées au naturel et à la cervelle des François, que je reconnois, à mon grand regret, n’avoir ni la persévérance ni la prévoyance requises pour telles choses, mais qui ne portent ordinairement leur vigueur, leur esprit et leur courage qu’à la conservation de ce qui leur touche de proche en proche. Les choses qui demeurent séparées de notre corps par des terres ou des mers étrangères, ne nous seront jamais qu’à grande charge et à peu d’utilité.”

Sob outro prisma, é irrefragável que a política da regente de aproximação e valorização dos laços com a Espanha católica, então alegada senhora do Brasil, como resultado da União Ibérica, seria fatal para as pretensões de colonização gaulesa no norte do Brasil, começando pelo Maranhão.

Já Armand-Jean du Plessis, o Cardeal de Richelieu, não obstante os seus métodos nem sempre escrupulosos e não raras vezes cruéis, conduziu a França a um novo patamar no contexto internacional. “Coube-lhe, como ministro onipotente, realizar os principais objetivos da política de Henrique IV”, salienta Lima ([1960?], p. 286). Conforme resume Burns, sua conduta era guiada por dois fins básicos: “primeiro, destruir tôdas as limitações à autoridade de seu senhor; e, segundo, elevar a França à posição de nação mais poderosa da Europa” (BURNS, 1957, v. 2, p. 529).

No âmbito interno, a primeira meta o levou a submeter os nobres franceses em geral e a eliminar qualquer perigo maior de insurreição dos protestantes, mediante o emprego de espões, execuções em massa e ações militares.

No plano externo, o segundo escopo o direcionou para a luta contra o poder dos Habsburgos e da Espanha, levada a cabo em guerras onerosas. Por outro lado, fomentou reformas proveitosas nas finanças e na legislação, valorizou o exército e estimulou a educação e a literatura, sendo o fundador da Academia Francesa, modelo de nossa Academia Brasileira de Letras e de tantas outras instituições do gênero.

Se os calvinistas se sentiram ameaçados em seus direitos e em sua liberdade de consciência sob a regência de Maria de Médicis, foi sob o governo de Luís XIII que eles vieram a perder, não sem muita luta, a maioria dos direitos e privilégios conquistados durante o reinado de Henrique IV, que lhes possibilitavam praticamente viver em um Estado à parte dentro do Estado gaulês, o que, em última análise, como compreenderia Richelieu, punha em perigo a própria unidade política do reino. Mesmo antes da assunção do cardeal ao posto de primeiro ministro, Luís XIII, via Duque de Luynes, então seu homem forte, reimplantou a religião católica no Béarn em 1620, que foi reunido à Coroa. Os huguenotes, aliados aos ingleses, tiveram proibidas as suas assembleias e perderam as suas praças fortificadas em geral, excluindo-se duas.

Ulteriormente, restou aos protestantes a cidade de La Rochelle, sua derradeira *place de sûreté* (praça de segurança). Mas não por muito tempo: em 1627, Richelieu, o novo ministro todo-poderoso, empreendeu o cerco de La Rochelle, isolando-a por uma linha de fortificações de vários quilômetros e pelo bloqueio de seu acesso por mar, dando-se a sua capitulação incondicional um ano depois.



Pelos termos da Paz d'Alès (1629), nome de uma cidade rendida em sequência pelo exército de Luís XIII, os huguenotes puderam preservar as suas garantias civis e religiosas, ou seja, a sua liberdade de credo, contudo deixaram de possuir qualquer praça forte ou fortificação, o que lhes tolheu a capacidade militar, e tiveram suprimido o privilégio das assembleias políticas. Aliás, comenta Oliveira Lima que o cardeal estadista destruiu a importância política do elemento protestante, “pôsto que lhe deixando a franquia do culto: êle próprio conquistou o baluarte de La Rochelle, após um sítio que durou um ano e custou 15.000 vidas, e dominou os huguenotes do Sul, onde era grande sua fôrça” (LIMA, [1960], p. 286).

As guerras de religião e as suas marcas e cicatrizes na sociedade gaulesa ao longo da segunda metade do século XVI e do começo do século XVII, refletidas no duradouro antagonismo entre católicos e protestantes, prejudicaram sobremaneira as duas grandes experiências colonizadoras da França no Brasil, desde os acalorados embates teológicos e os fortes desentendimentos entre Villegagnon e os pastores calvinistas na Guanabara, que ressoariam pelos anos avante, até a situação, no mínimo desconfortável, do huguenote Daniel de la Touche como um dos líderes da expedição no Maranhão, majoritariamente, como a anterior, composta por católicos. É o que sustentam Mariz e Provençal (2007, p. 36-38):

Por muito tempo, nas regiões leste e sul da França, uma feroz oposição sobreviveu entre as duas facções religiosas, assim como um terrível rancor pelas atrocidades cometidas. Hoje, os cristãos estão reunidos no ecumenismo e é muito difícil imaginar a volta dos perigos ocorridos, dos quais foram vítimas a França Antártica e, mais tarde, embora um pouco menos, a França Equinocial, duas tentativas de colonização que tiveram tudo para consolidar-se.

Em 1555, quase todos os emigrantes que chegaram à Guanabara com Villegagnon eram católicos. O único protestante conhecido era Nicolas Barré, homem honesto e fiel secretário de Villegagnon, testemunho imparcial da vida na França Antártica. Entretanto, os poucos anabatistas que se integraram na expedição causaram distúrbios na colônia; foram os primeiros a desertar e tentaram impor a sua violência no núcleo social.

Em 1557, desembarcou na Guanabara um grupo de protestantes, núcleo – segundo Calvino e Coligny – de uma futura emigração de perseguidos religiosos na França. Entre eles, se encontravam 14 pastores, representantes de sete facções de sua religião, cinco donzelas para fins matrimoniais e o depois famoso Jean de Léry; todos chefiados por Pierre Dupont de Corguilleray e Pierre Richer. Eles se opuseram a Villegagnon numa disputa dogmática que provocou o fracasso da França Antártica.

Já a iniciativa para a implantação de uma França Equinocial no Maranhão pertenceu aos protestantes Daniel de La Touche de La Ravardière e Charles des Vaux de Sainte Maure, apoiados pelo rei Henrique IV. O financiamento foi obtido graças aos católicos, aos irmãos Razilly e ao banqueiro Harlay de Sancy, que participaram da viagem com quatro capuchinhos. No entanto, em carta particular da rainha Maria de Médicis a La Ravardière antes da partida da expedição, a viúva de Henrique IV impôs a predominância dos católicos e ordenou a volta dos protestantes. [...]

La Ravardière era o único dos chefes da expedição francesa de 1612 que adotava a religião reformada e esse fato foi sempre motivo de desconfiança e hostilidade da parte dos católicos e da rainha-regente, contribuindo para o fracasso do empreendimento colonial.

Como acontecera no século anterior na Guanabara, embora de uma maneira mais amena, as discussões religiosas motivaram, em parte, a volta à França de François de Razilly e o desinteresse da regente Marie de Médicis e do novo rei, Louis XIII, pelo empreendimento no Maranhão. Não houvesse tantas paixões religiosas, é provável que ambas as implantações coloniais tivessem tido sucesso.<sup>14</sup>

Em tom afim, La Roncière (1910, v.4, p. 2, tradução nossa) deplora, com ardor poético, os conflitos que tumultuariam a França e afetariam negativamente os seus empreendimentos coloniais:

É então que a bela campanha dos armadores normandos em favor da liberdade dos mares deu seus frutos, triunfando ao mesmo tempo sobre a apatia oficial e o ostracismo português. Nossos mapas se enriqueceram com uma França Antártica, uma França Equinocial, uma Nova França, enquanto o Eldorado abria risonhas perspectivas às imaginações em busca de aventuras. Ai! as enganadoras miragens! Nós ainda não havíamos compreendido que marinha de guerra e colônia estão em função uma da outra, que uma nação sem naus é um pássaro sem asas. E nossas colônias caíam sucessivamente por falta de socorro da mãe-pátria. Que digo eu! Elas caíam vítimas de suas dissensões intestinas, que arrancavam de Dominique de Gourgues este grito de desespero: ‘A décima parte dos homens que morreram na menor de nossas guerras civis teria sido bem mais do que suficiente para conquistar a extensão de vários reinos!’<sup>15</sup>

<sup>14</sup> Ver também Provençal (2006, p. 49).

<sup>15</sup> Tal é o texto no original: “C’est alors que la belle campagne des armateurs normands en faveur de la liberté des mers porta ses fruits, en triomphant à la fois de l’apathie officielle et de l’ostracisme portugais. Nos cartes s’enrichirent d’une France Antarctique, d’une France Équinoxiale, d’une Nouvelle-France, cependant que l’Eldorado ouvrait aux imaginations en quête d’aventures, de riantes perspectives. Hélas! les décevants mirages! Nous n’avions point encore compris que marine de guerre et colonie sont fonction l’une de l’autre, qu’une nation sans vaisseaux est un oiseau sans ailes. Et nos colonies tombaient tour à tour faute d’être secourues par la mère-patrie. Que dis-je! Elles tombaient victimes de ses dissensions intestines, qui arrachaient à Dominique de Gourgues ce cri de désespoir: ‘La dixiesme partie des hommes qui sont mort en la moindre de nos guerres civiles, eust esté trop plus que suffisante pour conquerer l’estendue de plusieurs royaumes!’” O teor do presente

#### 4. Últimas considerações

Diversos foram os motivos que determinaram o malogro da expansão do protestantismo na França, entre os quais a não adesão dos monarcas gauleses à fé reformada, diferentemente dos soberanos ingleses e dos príncipes alemães; o posicionamento contrário do Parlamento de Paris, detentor da autoridade jurídica, ao movimento da Reforma; a firme e robusta resistência oferecida pelo partido católico; o profundo golpe na causa protestante representado pelo massacre da “Noite de São Bartolomeu”, ceifando a vida de importantes líderes e defensores, assim destruindo a força do movimento, que viu o número de adeptos cair de cinco milhões para somente um milhão no ano de 1598; a não conversão do povo francês e, em especial, do parisiense, à doutrina de Calvino; o fato de que o partido huguenote não se preocupou com a conquista da simpatia do povo às novas ideias, restringindo-se ao esforço de sedução dos nobres, dos intelectuais e dos homens de negócios; e o recurso dos protestantes ao apoio de príncipes estrangeiros, em afronta ao patriotismo do povo.<sup>16</sup>

As guerras de religião ocorridas na França quinhentista, maior símbolo do persistente antagonismo entre católicos e protestantes, deixaram fundas marcas na sociedade do crepúsculo do século XVI e do alvorecer do século XVII, vindo a prejudicar significativamente as duas grandes experiências colonizadoras dos gauleses no Brasil, ou seja, a França Antártica, no Rio de Janeiro, e a França Equinocial, no Maranhão.

#### REFERÊNCIAS

BURNS, Edward McNall. *História da civilização ocidental*. Tradução de Lourival Gomes Machado e Lourdes Santos Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1957. v. 2. Título do original norte-americano: *Western Civilizations*.

DEYON, Pierre. *La France baroque, 1589-1661*. In: DUBY, Georges Henrique (org.). *Histoire de la France des origines à nos jours*. Paris: Larousse, 1999. (Collection In Extensio).

DUBOST, Jean-François. *Marie de Médicis: la reine dévoilée*. Paris: Payot & Rivages, 2009.

FERRO, Ana Luiza Almeida. *1612: os franceses na Ilha do Maranhão e a fundação de São Luís*. Lisboa: Editorial Juruá, 2014a.

---

artigo se baseia no capítulo intitulado “A situação político-religiosa e a política exterior da França no crepúsculo do século XVI e no alvorecer do século XVII”, incluído em Ferro (2014a, p. 159-180); e Ferro (2014b, p. 159-180).

<sup>16</sup> Ver Mariz e Provençal (2007, p. 36); e Provençal (2006, p. 48-49).

FERRO, Ana Luiza Almeida. *1612: os papagaios amarelos na Ilha do Maranhão e a fundação de São Luís*. Curitiba: Juruá, 2014b.

LA RONCIÈRE, Charles de. *Histoire de la marine française: en quête d'un empire colonial: Richelieu*. Paris: Plon-Nourrit, 1910. v. 4.

LIMA, Oliveira. *História da civilização*. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, [1960?].

MARIZ, Vasco; PROVENÇAL, Lucien. *La Ravardière e a França Equinocial: os franceses no Maranhão (1612-1615)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

PROVENÇAL, Lucien. As guerras de religião da França no século XVI. In: MARIZ, Vasco (Org.). *Brasil-França: relações históricas no período colonial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2006. p. 45-49. (Biblioteca do Exército; Coleção General Benício, 425).

THE ECLECTIC MAGAZINE OF FOREIGN LITERATURE, SCIENCE, AND ART. New York: W. H. Bidwell, v. 21, set./dez. 1850.